

1                    **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DE BACIAS**  
2                    **HIDROGRÁFICAS DE GOIÁS**

3 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, teve início  
4 a Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Goiás, realizada  
5 por videoconferência na plataforma Zoom. O Sr. Thiago Castro, presidente do Comitê dos  
6 Afluentes Goianos do Rio Araguaia e representante da FAEG, conduziu a sessão e informou  
7 o cumprimento do calendário de atividades do segundo semestre de dois mil e vinte e cinco.  
8 Solicitou que os representantes dos Comitês registrassem no chat seus nomes e respectivos  
9 comitês, para fins de comprovação e inclusão na presente ata. No âmbito desta sessão,  
10 ocorreram também as reuniões extraordinárias individuais: 11<sup>a</sup> do Comitê do Baixo  
11 Paranaíba, 15<sup>a</sup> do Comitê do Rio dos Bois, 25<sup>a</sup> do Comitê do Rio Meia Ponte, 5<sup>a</sup> do Comitê  
12 dos Afluentes Goianos do Rio Araguaia (AGORA) e 23<sup>a</sup> do Comitê dos Rios Corumbá,  
13 Veríssimo e porção goiana do São Marcos (CVSM). **Item 1. Abertura:** O **Sr. Thiago Castro**  
14 **de Oliveira** – presidente CBH AGORA, deu as boas-vindas aos membros e abriu a palavra  
15 para os presidentes dos comitês. O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - presidente CBH CVSM,  
16 agradeceu a oportunidade e mencionou uma iniciativa recente em Rio Quente, onde destacou  
17 a importância da gestão de resíduos e da preservação hídrica. Em seguida, o **Sr. João**  
18 **Ricardo Raiser**, presidente do CBH Paranaíba, reforçou a articulação entre os comitês e o  
19 fortalecimento da gestão de recursos hídricos no estado de Goiás. Citou a instalação do  
20 ecoponto em Rio Quente, um projeto de R\$ 660.000 financiado pelo CBH Paranaíba em  
21 parceria com a Secretaria da Indústria e órgãos municipais, como um exemplo concreto da  
22 integração de políticas públicas e da necessidade de apresentar resultados à sociedade. A  
23 palavra foi aberta pela Sra. **Ana Paula Montenegro Generino** – ANA, que cumprimentou os  
24 participantes e expressou satisfação em participar da reunião. Mencionou a necessidade de  
25 aprofundar o trabalho sobre o enquadramento, a fim de pactuar questões essenciais para a  
26 conclusão da etapa das alternativas de enquadramento. O **Sr. Thiago Castro de Oliveira** -  
27 presidente agradeceu a participação da representante da ANA, em seguida, deu início à  
28 ordem do dia, referente à apresentação e avaliação sobre a implementação do Plano Estadual  
29 de Recursos Hídricos (PERH), conduzida pela SEMAD, e convidou o Sr. Pedro Paulo Alves  
30 Godói, representante da SEMAD, para realizar a apresentação. **Item 2. Apresentação da**

31 **avaliação sobre a Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) -**  
32 **SEMAD/GEPAC.** O **Sr. Pedro Paulo Alves Godói** – SEMAD destacou a importância do  
33 encontro ao reunir representantes de todo o Estado, distribuídos em cinco comitês, como  
34 propósito de apresentar a avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) como  
35 parte da revisão do planejamento estadual. Incentivou os representantes a se manifestarem,  
36 apresentando as necessidades e demandas de suas localidades para que o planejamento  
37 fosse alinhado com as ações necessárias. A **Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu** – SEMAD  
38 complementou, esclarecendo que a avaliação constitui a etapa inicial da revisão do plano  
39 estadual. Explicou que a metodologia utilizada segue o manual da Agência Nacional de Águas  
40 (ANA), baseada em indicadores, e que os dados coletados serão empregados no diagnóstico,  
41 prognóstico e na elaboração de um plano de ação com medidas efetivas e prioritárias para  
42 cada bacia, acompanhadas da previsão de recursos. Em seguida, cedeu a palavra ao Sr.  
43 Pedro Paulo para prosseguir com a apresentação. O **Sr. Pedro Paulo Alves de Godoi** -  
44 SEMAD iniciou sua apresentação sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Informou que  
45 o plano, elaborado entre 2013 e 2015, com vigência de 2016 a 2035 e, até o momento, não  
46 havia sido avaliado. Explicou que a divisão hidrográfica de Goiás foi definida em 2002 por  
47 uma resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, criando 11 Unidades de  
48 Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (UPGRHs), cada uma com estratégias  
49 de gestão específicas. Destacou que o sistema de governança envolve colegiados e órgãos  
50 gestores, contemplando os comitês Meia Ponte, Rio dos Bois, CVSM, Baixo Paranaíba,  
51 AGORA e, em breve, o AGITOS, aguardando decreto de criação. Esclareceu que o PERH  
52 orienta estrategicamente a implementação da política estadual de recursos hídricos, com  
53 pactuação entre os diversos entes envolvidos. Apontou a necessidade de identificar lacunas,  
54 obstáculos e avanços alcançados, ajustar a implementação e compreender as ações que não  
55 foram executadas. Informou que o plano possui três componentes, 18 programas, 52  
56 subprogramas e 107 ações, com previsão de investimentos para sua execução e esclareceu  
57 que a avaliação realizada se concentrou nos componentes de gestão de recursos hídricos e  
58 bases para gestão, excluindo projetos e obras de saneamento. Esclareceu que a avaliação  
59 adotou a metodologia do Manual da ANA (2021), no qual a metodologia subdivide os  
60 subprogramas em ações, quadros-síntese de indicadores e pontuações, o que possibilitou  
61 uma visão geral do andamento do plano desde sua elaboração. Ressaltou que, embora tenha

62 exigido ajustes, a metodologia se mostrou uma base consistente para a compreensão do  
63 cenário atual em Goiás. Explicou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos compreendeu  
64 cinco ciclos de implementação, cada um com duração de quatro anos, iniciados em 2016 e  
65 com marcos estabelecidos para 2019, 2023, 2027 e 2031. Esclareceu que cada ação  
66 apresentou início e término vinculados a esses marcos, podendo se estender por mais de um  
67 ciclo, o que dificultou a fixação de prazos exatos para a execução de cada etapa. Em seguida,  
68 apresentou um panorama comparativo da avaliação. A meta para 2024 era de 34% das ações  
69 concluídas e 50% iniciadas. No entanto, a avaliação revelou que 32% das ações foram  
70 concluídas (2% abaixo do previsto), enquanto 30% foram iniciadas, resultando em uma  
71 defasagem de 20% em relação ao esperado. Identificou que o maior desafio corresponde às  
72 ações que deveriam ter sido iniciadas e ainda não avançaram, representando cerca de um  
73 quarto do planejamento. Registrou, por outro lado, que algumas ações, como o cadastro de  
74 barragens, foram concluídas antes do prazo. Informou que o índice geral de implementação  
75 do plano em 2024 alcançou 55,9%, enquadrando-se na classificação de condição "boa".  
76 Ressaltou que, embora o plano não tenha sido totalmente executado, o sistema e os órgãos  
77 gestores entregaram a maior parte do que foi previsto. Mencionou a prioridade em integrar a  
78 avaliação com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e destacou a implementação  
79 bem-sucedida do Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos de Goiás (SIRHGO) link:  
80 <https://portal.meioambiente.go.gov.br/transparencia-web/sirhgo>, uma ferramenta essencial  
81 para o monitoramento contínuo, que possibilitará ajustes finos na execução futura das ações.  
82 Expôs que as avaliações realizadas possibilitaram ajustes no planejamento do PERH, com  
83 foco nas ações não iniciadas e atrasadas. Registrou que o plano possui caráter deliberativo,  
84 pactuado entre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os comitês de bacias e os órgãos  
85 gestores, servindo como referência consolidada para a implementação dos instrumentos de  
86 gestão. Informou que a implementação apresentou maior índice nas ações conduzidas  
87 diretamente pelo órgão gestor, como fortalecimento institucional e estruturação da base para  
88 gestão. Indicou que as ações dependentes de estudos e contratações apresentaram menor  
89 nível de execução. Destacou os avanços a estruturação e capacitação dos comitês, a  
90 implementação da cobrança e a definição da entidade delegatária. Destacou a conclusão  
91 antecipada do inventário e do estudo de segurança de barragens, bem como o  
92 estabelecimento de critérios para outorga de lançamentos em afluentes. Apontou os desafios

93 a reformulação da lei estadual, os atrasos na atualização do plano, a ampliação da  
94 fiscalização e do monitoramento e a necessidade de maior mobilização social. Reforçou a  
95 importância de planejamento coordenado e solicitou contribuições do comitê em cinco pontos  
96 prioritários. Informou que o relatório estará disponível em breve no SIRHGO e que o painel já  
97 se encontra acessível. Enfatizou a importância dos comitês analisarem o documento, bem  
98 como os relatórios dos afluentes do Paranaíba, e apresentarem sugestões para aprimorar a  
99 gestão dos recursos hídricos em Goiás. Encerrou a apresentação e passou a palavra ao  
100 presidente, que apresentou um resumo da sessão e reforçou que a reunião extraordinária  
101 tinha como pauta a avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Reconheceu a  
102 qualidade da exposição da SEMAD e a clareza do sistema SIRHGO, e pediu aos participantes  
103 que mantivessem o foco na pauta principal, lembrando-os que outro item ainda seria  
104 discutido. O **Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales** abordou a alteração da  
105 Resolução CONAMA nº 430, reforçou a importância de acompanhar sua implementação para  
106 o plano de bacia do Paranaíba. Indagou se o *Componente 3* considerou as áreas de  
107 vulnerabilidade e se o plano utilizou informações primárias. Destacou que a drenagem urbana  
108 depende da gestão municipal e dos planos diretores, observou-se que muitos municípios não  
109 possuem plano diretor ou plano municipal de recursos hídricos. Alertou que a maioria dos  
110 aterros irregulares se localiza em cabeceiras de nascentes e questionou a adequação do  
111 orçamento destinado à da educação ambiental, considerada essencial para sua garantir sua  
112 efetividade de forma contínua. O **Sr. Pedro Paulo Alves de Godoi - SEMAD** respondeu aos  
113 questionamentos do Sr. Marcos Cabral, informou que as vulnerabilidades são tratadas no  
114 Componente 3, nos subprogramas 3B1 (avaliação e monitoramento dos impactos de  
115 variações climáticas) e 3B2 (planos de ação para eventos hidrológicos extremos), cujo índice  
116 de implementação permanece zero, pois as ações não foram iniciadas. Esclareceu que a  
117 avaliação utilizou informações primárias da SEMAD e dados secundários, incluindo a rede de  
118 monitoramento hidrológico de outras instituições. Abordou a drenagem urbana e observou  
119 que a articulação entre o Plano Estadual e os planos municipais de saneamento básico ou  
120 setoriais apresentou execução insuficiente, o que evidenciou fragilidade na integração entre  
121 o órgão gestor e os comitês no processo de planejamento integrado. Relatou que a educação  
122 ambiental, inserida no componente de mobilização, também apresentou problemas de  
123 execução. Por fim, ressaltou que os principais desafios e lacunas do plano foram identificados

124 com precisão e serão tratados na etapa de revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

125 A **Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu** - SEMAD, complementou a apresentação do Sr. Pedro

126 Paulo Alves de Godói. Esclareceu que a avaliação dos planos estaduais de recursos hídricos

127 identificou pontos críticos, como a execução nula dos subprogramas de eventos extremos.

128 No entanto, informou que algumas melhorias já estão em andamento, como a intensificação

129 da fiscalização e a expansão da rede de monitoramento. Destacou a articulação com planos

130 setoriais, citando o acompanhamento do plano de drenagem municipal e do plano de

131 regionalização de saneamento. Esclareceu que todos os resultados e justificativas dos

132 programas estarão disponíveis no Business Intelligence (BI), permitindo aos comitês

133 analisarem as informações e contribuir para o aprimoramento da implementação do Plano

134 Estadual de Recursos Hídricos. O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - AMAT solicitou

135 esclarecimentos sobre os investimentos previstos para o plano. Questionou a origem dos

136 recursos, o montante já aplicado e a possibilidade de utilização futura para ações de

137 monitoramento e fiscalização. O **Sr. Paulo Henrique de Almeida** – SANEAGO parabenizou

138 a SEMAD e os comitês pelo trabalho na estruturação dos instrumentos da política de recursos

139 hídricos de Goiás. Observou-se que alguns instrumentos já estão implementados, enquanto

140 outros permanecem sem aplicação prática, citando enquadramento e cobrança como

141 exemplos. Destacou a urgência de aplicar todos os instrumentos de forma coordenada,

142 ressaltou a dependência da política estadual de recursos financeiros, estrutura física e

143 suporte político, e alertou que atrasos podem comprometer todos os usos da água. Reforçou

144 a importância de que o enquadramento funcione como instrumento transversal, integre os

145 demais instrumentos de gestão e assegure impacto efetivo na política de recursos

146 hídrico em Goiás. Em resposta às questões levantadas pelo Sr. Fábio Floriano Haesbaert e

147 pelo Sr. Paulo Henrique de Almeida, representantes da SEMAD/GEPAC esclareceram que

148 os valores previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos para projetos e obras de

149 saneamento e infraestrutura hídrica encontram-se no próprio plano, mas, por fugirem da

150 governança do sistema, foram excluídos da avaliação. Informaram que os recursos sob

151 gestão direta da SEMAD/GEPAC destinam-se à execução das ações de gestão, porém não

152 foi possível rastrear o custo das ações já realizadas. Registrou que a implementação de

153 instrumentos como enquadramento e cobrança enfrenta desafios setoriais e de tempo,

154 embora os processos estejam em desenvolvimento ou aprovação, incluindo a contratação da



155 entidade delegatária e a implementação gradual dos planos de aplicação. Esclareceram que  
156 os valores previstos correspondem a estimativas e não a recursos sob controle direto da  
157 SEMAD, motivo pelo qual o foco recaiu sobre as ações de sua responsabilidade,  
158 denominadas “agenda azul”. Informou que, o programa de efetivação do enquadramento será  
159 conduzido pelo PIRH, com participação da Saneago, com o propósito de estabelecer metas  
160 objetivas, definir ações prioritárias e reorganizar o Plano Estadual, a fim de assegurar a  
161 aplicação efetiva dos recursos nos planos de bacia e no enquadramento em todo o Estado.

162 O **Sr. Fábio Bakker Isaías** – Vice-presidente do CBH Paranaíba parabenizou a  
163 apresentação e contextualizou a discussão, explicou que o objetivo da reunião era engajar  
164 os comitês afluentes goianos na revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH)  
165 Paranaíba. Ressaltou a importância de o plano ser atualizado, refletir a realidade da bacia e  
166 garantir sua aplicação. Afirmou que o processo de revisão está em um momento crucial,  
167 focado na construção do plano de ações e do enquadramento para os afluentes. Enfatizou  
168 que a participação ativa dos comitês é fundamental para que o plano considere os desafios  
169 reais, promovendo a sinergia entre as ações do plano interestadual e as dos comitês  
170 afluentes. Destacou a necessidade de construir o plano de forma "de baixo para cima", para  
171 que as necessidades dos afluentes orientem o documento, evitando soluções impostas.

172 Finalizou e deu-se início à próxima pauta. **Item 2.1. Apresentação das etapas,**  
173 **envolvimento e participação dos comitês goianos no processo de atualização do plano**  
174 **integrado de recursos hídricos do Paranaíba.** O **Sr. Flávio Roque** - ABHA apresentou o  
175 processo de atualização do PIRH Paranaíba e destacou a compatibilização entre o plano  
176 interestadual e os afluentes goianos. Informou que o termo de referência foi concluído em  
177 2022, revisado em 2023, o plano de trabalho finalizado em março de 2024, o diagnóstico  
178 discutido de junho a dezembro de 2024 e o prognóstico em 2025, com ajustes para refletir as  
179 mudanças climáticas e as condições atuais da bacia. Esclareceu que o consórcio Engecorps  
180 e Profill, reconhecido no mercado, conduziu o trabalho. Relatou que as discussões ocorreram  
181 em diversas instâncias do CBH Paranaíba, com participação de órgãos gestores estaduais e  
182 federais, e que o prognóstico consolidado foi aprovado, enquanto a nota técnica permanece  
183 em elaboração. Enfatizou que a participação nas consultas públicas é fundamental para a  
184 definição do enquadramento e do plano de ações da bacia. A **Sra. Kamila Almeida** - ABHA,  
185 deu continuidade à apresentação e Recordou que a cobrança pelo uso de recursos hídricos

186 teve início em Goiás em 2025. Informou que o diagnóstico identificou o potencial de  
187 arrecadação e detalhou as áreas de uso da água, com predominância da agricultura e da  
188 pastagem. Apresentou dados sobre irrigação, abastecimento de água e índices de tratamento  
189 de esgoto, além de apontar lacunas nos municípios do Baixo Paranaíba, Rio dos Bois, Meia  
190 Ponte e CVSM. Mencionou que o diagnóstico incluiu o levantamento dos planos municipais  
191 de saneamento, o qual evidenciou a existência de lixões e aterros na bacia. Apresentou o  
192 balanço hídrico, com o uso dos indicadores Q95 e QMLT para avaliar a disponibilidade de  
193 água. Esclareceu que o diagnóstico e o prognóstico da bacia foram subsidiados por reuniões  
194 presenciais e online dos grupos de trabalho, com o objetivo de coletar informações sobre as  
195 demandas hídricas. Registrou que Goiás possui um enquadramento aprovado, enquanto  
196 Minas Gerais e Mato Grosso do Sul apresentam lacunas, e sugeriu a inclusão de novos  
197 parâmetros de qualidade da água, além do DBO. Apontou os trechos críticos da bacia, com  
198 simulações que consideraram diferentes níveis de eficiência de tratamento de esgoto.  
199 Concluiu que o processo possibilitou a identificação de ajustes necessários, fornecendo  
200 subsídios técnicos para a atualização do documento. O **Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD**  
201 salientou que o encontro tinha como objetivo resgatar o esforço de construção do plano e  
202 destacou a relevância do momento atual. Enfatizou que as etapas de enquadramento e do  
203 plano de ações definirão a gestão da bacia para os próximos 20 anos. Reforçou a  
204 necessidade de integração entre os comitês e solicitou à Sra. Kamila Almeida - ABHA a  
205 confirmação das datas previstas para análises e encaminhamentos, incentivando a  
206 participação de todos. O **Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales** parabenizou as  
207 apresentações. Destacou a relevância da gestão das águas subterrâneas para assegurar a  
208 qualidade e a quantidade no abastecimento. Mencionou as experiências do Projeto Aquífero  
209 Guarani e apontou a participação ainda incipiente dos comitês nesse tema. Recomendou  
210 maior articulação dos comitês com o órgão gestor para a implementação do plano estadual  
211 de águas subterrâneas. Por fim, acrescentou sua preocupação com a situação do Rio  
212 Verdinho, citou o lançamento de esgoto e resíduos industriais em seu manancial, e questionou  
213 a linha de atuação prevista para enfrentar essa questão. Em resposta, o **Sr. João Ricardo**  
214 **Raiser - SEMAD/CBH** esclareceu que, por questões de legislação, os comitês federais não  
215 tratam diretamente de águas subterrâneas. No entanto, o tema está incorporado aos estudos  
216 do PIRH Paranaíba para buscar a integração com as águas superficiais. Esclareceu que a

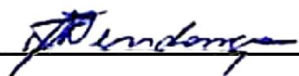
217 decisão sobre o enquadramento do Rio Verdinho e a situação de poluição compete ao Comitê  
218 de Bacia dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, e não ao comitê federal. A **Sra. Ana**  
219 **Paula Generino** - ANA aproveitou a presença dos Comitês Afluentes Goianos para propor  
220 a atualização dos critérios de enquadramento das águas superficiais do Paranaíba. Explicou  
221 que o modelo atual utiliza apenas a DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) e defendeu a  
222 inclusão de coliformes termotolerantes, fósforo e nitrato. Esclareceu que a escolha dos  
223 parâmetros deve considerar os usos da água, o que permite a exclusão de itens que não  
224 apresentem relevância em determinados trechos, como o fósforo em rios sem ambientes  
225 lênticos ou coliformes em áreas que não têm balneabilidade. Por fim, solicitou a manifestação  
226 dos participantes para pactuar a proposta, destacando que essa definição terá impacto direto  
227 nas próximas etapas do plano. A **Sra. Yara Vanessa Portuguese Fonseca** - SANEAGO  
228 solicitou parâmetros para avaliação, observou que nem todas as estações estavam  
229 preparadas para remoções e que algumas ainda seriam instaladas, e afirmou ser necessária  
230 a verificação da compatibilidade das simulações. O **Sr. João Ricardo Raiser** - Presidente  
231 CBH Paranaíba/SEMAD propôs que os comitês avaliem os impactos da mudança em suas  
232 bacias e definam posição sobre o enquadramento, e ressaltou que a decisão deve ser tomada  
233 para dar continuidade ao plano, cujo enquadramento do Paranaíba existe desde 2013 com  
234 parâmetros similares. A **Sra. Ana Paula Generino** - ANA apresentou esclarecimentos sobre  
235 a proposta de enquadramento. Corrigiu a informação de que a iniciativa partiria  
236 exclusivamente da Agência Nacional de Águas, registrando que o documento vem sendo  
237 construído de forma articulada com os comitês afluentes e o CBH Paranaíba. Explicou que a  
238 inclusão do fósforo como parâmetro não tem por objetivo exigir tratamento terciário em todas  
239 as estações de esgoto. Assinalou que os novos parâmetros devem servir como referência,  
240 com aplicação flexível da legislação, considerando os usos previstos e as cargas existentes  
241 em cada trecho. Enfatizou que a proposta busca viabilizar o monitoramento da qualidade da  
242 água e o alcance das metas estabelecidas. O **Sr. Marcos Cabral Francisco** - Instituto Altair  
243 Sales parabenizou a Sra. Ana Generino (ANA) e concordou que a proposta de  
244 enquadramento se alinha à Resolução CONAMA 430. Registrou a dificuldade de tratar o  
245 saneamento rural em curto e médio prazo, pois muitas residências lançam efluentes  
246 diretamente nos rios. Finalizou reforçando a necessidade de atenção às águas subterrâneas  
247 e solicitou que os comitês cobrem dos órgãos estaduais a implementação desse instrumento.



248 O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - presidente CBH CVSM complementou o questionamento  
249 sobre as águas subterrâneas. Informou que o CBH Paranaíba possui um grupo de trabalho  
250 focado no tema e expressou confiança de que a iniciativa suprirá a lacuna de dados e a  
251 deficiência da legislação, resultando em orientações adequadas para o plano. A **Sra. Yara**  
252 **Vanessa Portuguese Fonseca - SANEAGO** parabenizou e agradeceu a todos pelo resumo  
253 dos acontecimentos. Concordou que a discussão sobre a ampliação dos parâmetros de  
254 enquadramento é necessária, mas sugeriu que o tema seja levado como "dever de casa" aos  
255 comitês, pois não seria adequada a decisão em uma única reunião. Destacou o ponto de vista  
256 do setor de saneamento e, ressaltou o alto impacto de alterações nos parâmetros, que afetam  
257 tanto as estruturas já instaladas quanto o monitoramento e o cumprimento das metas.  
258 Registrou preocupação com a diferença entre a teoria e a prática, citando casos em que a  
259 flexibilidade prometida não foi aplicada, e enfatizou que as regras devem ser claras desde o  
260 início, sem ambiguidades. Ressaltou que os novos padrões de enquadramento devem ser  
261 discutidos com cautela para garantir compatibilização com a Resolução CONAMA 430, a  
262 outorga de lançamento e diluição, e os projetos e estruturas já existentes, assim como os  
263 compromissos de saneamento assumidos por companhias e municípios. Concluiu que, para  
264 o setor de saneamento, a questão exige análise criteriosa e não deve ser definida na presente  
265 reunião. O **Sr. Aurélio Alves Miranda - IRRIGO** levantou uma questão técnica sobre a  
266 metodologia de vazão de estiagem. Argumentou que adotar um padrão de "estiagem eterna"  
267 não reflete a realidade de algumas regiões, onde o problema é de gestão e não de falta de  
268 água. Propôs que o grupo repense essa abordagem para que o plano de enquadramento se  
269 baseie em dados mais realistas. Por fim, se colocou à disposição para colaborar com o tema.

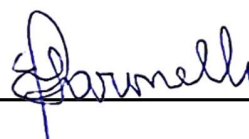
270 O **Sr. Wilson Shimizu** - Coordenador do Grupo de Trabalho do PIRH parabenizou os  
271 participantes e destacou a ampla presença no processo de revisão do plano. Reforçou que o  
272 documento aborda agendas como saneamento, mudanças climáticas, segurança de  
273 barragens, navegação e águas subterrâneas, devendo servir como instrumento para  
274 fortalecer políticas em toda a bacia. Solicitou o envio de contribuições até 5 de setembro e  
275 pediu participação ativa dos comitês, alertando que, sem esse envolvimento, o plano poderá  
276 se limitar a um documento técnico de difícil aplicação. Ressaltou que o PIRH abrange toda a  
277 bacia do Paranaíba, integrando nove comitês afluentes, e afirmou que a participação efetiva  
278 é essencial para gerar mudanças concretas nos próximos 20 anos. Finalizou pedindo à ANA

279 o envio da apresentação das agendas setoriais a todos os participantes. **Item 3. Informes:** O  
280 **Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales** comunicou que, com base nos  
281 resultados de eventos sobre águas subterrâneas, o estado de Goiás terá cinco pontos de  
282 monitoramento a serem instalados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Registrou que  
283 um ponto já se encontra em Serranópolis e que os demais serão implantados em Mineiros,  
284 Rio Verde, Chapadão do Céu e Tarumã, e destacou esse avanço como importante para a  
285 gestão em áreas vulneráveis. Na sequência, o **Sr. João Ricardo Raiser - presidente CBH**  
286 **Paranaíba** informou que Goiás e a bacia do Rio Paranaíba concorrem à coordenação do  
287 Fórum Nacional de Comitês, com ampla delegação do estado participando do evento, e  
288 solicitou apoio para fortalecer a atuação do Fórum com foco nos comitês de bacia. O  
289 presidente agradeceu a participação de todos, registrou os encaminhamentos e desejou  
290 excelente semana aos presentes. **Item 4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr.  
291 Thiago Castro de Oliveira - CBH AGORA declarou encerrada a reunião. Eu, Patrícia Sueli  
292 Côrtes de Oliveira, colaboradora da Secretaria Executiva, lavrei essa ata que segue assinada  
293 pelos Presidentes dos Comitês de Goiás.



José Lucas Rabelo Mendonça

**Presidente CBH Baixo Paranaíba**



Elaine Lopes Noronha Farinelli

**Presidente CBH Meia Ponte**



Thiago Castro de Oliveira

**Presidente CBH AGORA**

Documento assinado digitalmente



**FABIO FLORIANO HAESBAERT**

Data: 25/11/2026 14:40:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Floriano Haesbaert - AMAT

**Presidente CBH CVSM**



Reginaldo Passos

**Presidente CBH Bois**

**Lista de presença**

<b>Nº</b>	<b>Representante</b>	<b>Entidade</b>
<b>01</b>	João Ricardo Raiser	SEMAD
<b>02</b>	Pedro Paulo Alves Godoi	SEMAD
<b>03</b>	Marcos Aurélio Gomes	SEMAD
<b>04</b>	Carolina Mundim	SEMAD
<b>05</b>	Maria Aparecida de Souza Araújo	SEMAD



**CBH CVSM**  
Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Rios Corumbá, Veríssimo e porção  
Goiana do Rio São Marcos



**CBH AGORA**  
Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Afluentes Goianos do Rio Araguaia



**CBH BOIS**  
Comitê da Bacia Hidrográfica  
do Rio dos Bois



**CBH BAIXO PARANAÍBA**  
Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

<b>06</b>	Diogo Lourenço Segatti	SEMAD
<b>07</b>	Ana Luiza Duarte de Abreu	SEMAD
<b>08</b>	Stephania Silva Brandão	GEPAC – SEMAD
<b>09</b>	Stella Miranda Menezes	SEAPA
<b>10</b>	Phelipe Cunha	Secretaria Executiva
<b>11</b>	Maria Júlia Daminelli	Secretaria Executiva
<b>12</b>	Patrícia Cortes	Secretaria Executiva
<b>13</b>	Ana Generino	ANA
<b>14</b>	Leonardo Klosovski	CPLAN/ANA
<b>15</b>	Gaetan Dubois	CPLAN/SPP/ANA
<b>16</b>	Rosana Mendes Evangelista	ANA
<b>17</b>	Kamila Almeida	ABHA
<b>18</b>	Flávio Roque	ABHA

<b>19</b>	Wilson Shimizu	GT Plano e Enquadramento CBP Paranaíba
<b>20</b>	Fabio Bakker	CBH Paranaíba
<b>21</b>	Marcijane França Veloso	Prefeitura de Chapadão do Céu
<b>22</b>	Thiago Freitas Vitorino	Prefeitura Municipal de Anápolis
<b>23</b>	Eldimara Oliveira Caires	Prefeitura Municipal de Anicuns
<b>24</b>	Lanucy Janaína de Souza Moraes	Prefeitura Municipal de Jandaia
<b>25</b>	Nubia Maria Gomes	Prefeitura Municipal de Itumbiara
<b>26</b>	Guedes Gonçalves de Souza	Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Goiás
<b>27</b>	Danielle Reis	Prefeitura Municipal de Piranhas
<b>28</b>	Carlos Alberto Biella	Prefeitura Municipal de Jataí
<b>29</b>	José Lucas Rabelo Mendonça	Prefeitura Municipal de Quirinópolis
<b>30</b>	Sirdeley Hipólito da Silva	Prefeitura Municipal de Acreúna



<b>31</b>	Andrei Severino Ferreira da Silva	Prefeitura Municipal de Rio Quente
<b>32</b>	Pedro Henrique Baima	Prefeitura Municipal de Goiânia
<b>33</b>	Gessyca Costa	Prefeitura Municipal de Montes Claros de Goiás
<b>34</b>	Thaiomara Alves Silva	Prefeitura Municipal de Iporá
<b>35</b>	José Alves Neto	Prefeitura Municipal de Rio Verde
<b>36</b>	Paulo Lisboa Santana	Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia
<b>37</b>	Gustavo Evandro Jeronimo Silva	Prefeitura Municipal de Americano do Brasil
<b>38</b>	Venerando Bispo	Prefeitura Municipal de Palminópolis
<b>39</b>	Vitor Augusto de Melo Bastos	Prefeitura Municipal de Ouidor
<b>40</b>	Erik Yosheno	Prefeitura Municipal de Terezópolis
<b>41</b>	Bruna Rodrigues Carriel Junqueira	Prefeitura Municipal de Caldas Novas

<b>42</b>	Klener Alves Rocha Júnior	CODERV
<b>43</b>	Paulo d'Ávila Ferreira	IDESA
<b>44</b>	Pablo Barboza	Sindicato Rural de Cristalina
<b>45</b>	Raphael Mello Moraes Gualberto	SECOVI
<b>46</b>	Ary Soares dos Santos	IDESA
<b>47</b>	Luciano Jaime Peixoto	SIFAEG
<b>48</b>	Jefferson Castilho	AGEAMB
<b>49</b>	Antônio Borges	ABRAPCH
<b>50</b>	Henrique Costa	SENGE
<b>51</b>	Mariusia Aparecida Lima Santos	ABES
<b>52</b>	Jose Vicente Granato de Araujo	ABES-GO
<b>53</b>	Antover Panazzolo Sarmento	UFCAT

<b>54</b>	Lucimar Marques da Costa Garção	Universidade Estadual de Goiás
<b>55</b>	Álvaro Henrique Cândido de Souza	IF Goiano
<b>56</b>	Antônio Pasqualetto	PUC-GO
<b>57</b>	Rafael Rodrigues de Paiva	SANEAGO
<b>58</b>	Douglas Alves de Souza	SANEAGO
<b>59</b>	Angelina Maria Marcomini Giongo	SANEAGO
<b>60</b>	Andréa Mendes Fonseca e Silva	SANEAGO
<b>61</b>	Paulo Ribeiro Costa	SANEAGO
<b>62</b>	Luciana Calçada	SANEAGO
<b>63</b>	Yara Fonseca	SANEAGO
<b>64</b>	Manoel Messias S. Filho	SANEAGO
<b>65</b>	Lucia Helena Santos Pinheiro	SANEAGO

<b>66</b>	Mario Guerino	SANEAGO
<b>67</b>	Hugo Xavier Moreira	SANEAGO
<b>68</b>	Sávio Roberto de Resende	Fazenda Cachoeira da Ilha
<b>69</b>	Marcos Francisco Cabral	Instituto Altair Sales
<b>70</b>	Angélica Gomes	Fazendas Reunidas Baumgart
<b>71</b>	Antônio Rondon	ONG Araguaia Sustentável
<b>72</b>	Wilson de Azevedo Filho	Companhia Thermas do Rio Quente
<b>73</b>	Fabio F Haesbaert	AMAT
<b>74</b>	Paulo Ricardo da Silva Gonçalves	Industria Alimentícia - Frigorifico Minerva S/A
<b>75</b>	Elaine Lopes Farinelli	FIEG
<b>76</b>	Eduardo Aires	Jaepel Papéis e Embalagens
<b>77</b>	Luciano Vieira Soares	Arcor

<b>78</b>	Leondas Moreira de Andrade	Refrescos Bandeirantes
<b>79</b>	Bruno Stefan De Simoni	Mineração Serra Grande
<b>80</b>	Paulo Roberto Gomes Pereira	UHE Foz do Rio Claro
<b>81</b>	Hellen Cristina A. do Nascimento	Energética Serranópolis
<b>82</b>	Cinthia Danniella Martins	Berc Etanol e Agricultura
<b>83</b>	Daniela Sousa Silva	ATVOS Bioenergia Rio Claro
<b>84</b>	Daniel Augusto Ribeiro	CELGPAR
<b>85</b>	Rowander Alexandre Moura	BRF
<b>86</b>	Rodrigo Gomes Barros	APMPBIOENERGIA
<b>87</b>	Nélio Lima	SENAR
<b>88</b>	Aurélio Alves de Miranda	IRRIGO
<b>89</b>	Juber Henrique Amaral	MP-GO
<b>90</b>	Kelly Patricia de oliveira Almeida	CBH BOIS



